

O PROBLEMA DAS REPRESENTAÇÕES MENTAIS E ALGUMAS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO¹

Arthur Araújo

Universidade Federal de Goiás

arthur@fchf.ufg.br

RESUMO: O problema das representações mentais tem sido alvo de várias teorias filosóficas, psicológicas e científicas. Apresento aqui o perfil do problema e algumas tentativas de solução que têm sido mais relevantes historicamente.

Palavras-chave: Mente, cérebro, teorias.

O QUE SÃO REPRESENTAÇÕES MENTAIS?

Por representações mentais, entre teorias filosóficas, psicológicas e neurobiológicas da mente, entendem-se idéias, conceitos, categorias, imagens internas etc.; enfim, são aqueles eventos mentais que estabelecem uma certa concepção de “coisas” ou significados – representações mentais são eventos (fenômenos ou ocorrências mentais) como a idéia “quente” (= sensação térmica no corpo), o conceito “clima” (= condições atmosféricas ou ambientais) ou a categoria “o clima está quente” (= referência ao meio externo).

O CONTEXTO HISTÓRICO E O PROBLEMA DAS REPRESENTAÇÕES MENTAIS

As representações mentais caracterizam historicamente um tema que começa a figurar, como problema filosófico, a partir do dualismo entre “alma” e “corpo” concebido por R. Descartes no século XVII. Entende Descartes que a “alma” é uma substância

imaterial distinta do corpo (substância material) – existe uma assimetria entre as propriedades da alma (imaterialidade, não-especialidade e indivisibilidade) e as propriedades do corpo (materialidade, espacialidade e divisibilidade). A “alma” constitui uma instância distinta e independente do corpo material, que gera representações igualmente imateriais (idéias, categorias, conceitos, imagens internas etc.). Entre outras motivações, contemporaneamente, o dualismo cartesiano origina o chamado problema da relação mente-cérebro (*mind-brain problem*). Assim como concebido por Descartes, a ocorrência de eventos mentais (como as representações) tem certas propriedades distintas que tornam possível o conhecimento exatamente à medida que aqueles eventos não são eventos do mundo material representado. Mas como um evento interno e imaterial pode representar alguma coisa externa e material no mundo?

É essa dualidade entre interno e externo que parece caracterizar o problema das representações mentais e a dificuldade de determinar a relação entre mente e cérebro: são mente e cérebro coisas distintas e não redutíveis uma à outra? Ou, ao contrário, a primeira representa apenas uma variação da segunda? Há uma realidade imaterial e interna(mente) distinta do mundo material e externo e, portanto, nossos eventos mentais (como as representações) têm uma natureza fundamentalmente distinta? Este parece ser o problema das representações mentais historicamente situado.

TENTATIVAS DE SOLUÇÃO DO PROBLEMA DAS REPRESENTAÇÕES MENTAIS

Teorias Tipo I: a representação mental equivale a um certo modelo interno dos objetos no mundo (a percepção do objeto “cadeira” equivale a um modelo interno desse objeto).

Teorias Tipo II: a representação mental equivale a um estado que tem um conteúdo “sobre” ou “que se refere a” um objeto ou estado de coisas no mundo (o conteúdo mental “cadeira” significa, é sobre ou se refere a um certo objeto “cadeira”).

A crítica empirista clássica (Teoria Tipo I)

A primeira crítica séria ao cartesianismo aparece, particularmente, entre os empiristas britânicos (século XVIII). Empiristas como J. Locke e D. Hume, particularmente, sustentam que idéias são representações dos conteúdos sensoriais e perceptivos veiculados na experiência. No sentido de Locke, as idéias têm, primordialmente, origem na sensação (cor, calor, textura etc.) que afeta a mente e esta, por sua vez, produz as percepções. No entanto, as operações mentais (perceber, sentir, crer etc.) são objetos da reflexão que também originam idéias como uma segunda fonte (por exemplo, “sinto calor”). Aqui aparece a conhecida concepção lockeana da mente como *tabula rasa*: as idéias são impressas na mente, como imagens sobre uma folha branca, a partir da experiência que passa a ser considerada a origem do conhecimento – *ergo* não existem idéias inatas. As idéias são impressas na mente como imagens e representam conteúdos da experiência, enquanto a reflexão opera um modelo interno de conhecimento – as sensações correspondem aos receptores do aparelho sensorial (visão, audição, paladar, olfato e tato), enquanto a percepção representa a atividade de identificação dos objetos (ver, ouvir, provar, cheirar e tocar).

A teoria lockeana das idéias parece caracterizar, a princípio, uma versão embrionária do representacionalismo entre diversas teorias da mente. Na versão atual do representacionalismo, e nos últimos trinta anos aproximadamente, representações mentais são estados mentais que têm um conteúdo proposicional – por exemplo, um sujeito A crê que “vai chover” (“vai chover” equivale ao conteúdo do estado mental de A). Os estados mentais representados por conteúdos proposicionais são chamados atitudes proposicionais – estados mentais que estabelecem a atitude de um sujeito em relação a uma proposição. A referência a essas atitudes proposicionais mobiliza o vocabulário da chamada psicologia popular (conjunto de teorias cotidianas que explicam a vida mental e o comportamento), que inclui termos como crenças, desejos, expectativas,

intenções, metas etc. – por exemplo, um sujeito A crê, deseja, espera, que vai chover. O representacionalismo, se comparado à teoria lockeana das idéias, apresenta uma solução ao problema das representações mentais que não implica a postulação ou a explicação de entidades ou processos internos (supostamente entidades ou processos neurobiológicos), mas apenas relações significativas entre estados mentais e o meio externo.

Conhecido também como uma versão anterior ao representacionalismo, o chamado localizacionismo clássico, corrente entre teorias filosóficas, psicológicas e neurológicas nos séculos XVIII e XIX, concebe, por exemplo, a organização da memória como um armazenamento de imagens impressas e localizadas no cérebro. Uma vez que as imagens são impressas no cérebro, elas passam a ser a referência dos processos de aprendizagem e base dos padrões de reconhecimento de objetos. Assim como, de forma comparativa, Locke estabelece a associação entre a impressão das idéias na mente e as operações mentais como um modelo interno de conhecimento, um sujeito ou agente cognitivo reconhece um cachorro quando tem uma idéia de “cachorro” inserida e localizada na memória.

No entanto, no século XIX, a neurologia introduz o princípio de correspondência entre imagens mentais (auditivas, motoras, visuais etc.) e os centros da memória no cérebro (Paul Broca, em 1861, e Carl Wernick, em 1874). Assim, uma imagem visual, por exemplo, “cachorro” corresponde a um centro localizado na memória. Muitos distúrbios da linguagem (como os casos de afasia) passam então a ser explicados por lesões cerebrais em regiões específicas: um indivíduo perde a imagem visual “cachorro” e não consegue articular a palavra “cachorro” quando vê o animal cachorro (afasia de Broca).

O localizacionismo parece supor fortes princípios empiristas. O filósofo empirista Stuart Mill (1862), por exemplo, sustenta que o pensamento, inclusive abstrato (como matemática e lógica), repousa sobre princípios da experiência empírica, e, portanto, a psicologia pode ser explicada nos termos das ciências naturais. Stuart

Mill mantém que a associação entre conteúdos da experiência e eventos mentais pode ser estabelecida a partir do princípio de causalidade ou “leis de associação”: se ocorre um tremor no corpo, ocorre um evento mental (“medo”). A referência aos eventos mentais, portanto, passa a ser por observação da experiência empírica que estabelece a base de associação entre o *input* sensorial e o comportamento do indivíduo. O chamado associacionismo de Stuart Mill teria sido, a princípio, uma versão filosófica e embrionária de certas teorias psicológicas behavioristas e funcionalistas. Essas teorias mantêm a independência entre a explicação dos eventos mentais e a ocorrência de processos internos correspondentes (subjetivos ou neurofisiológicos).²

A análise conceitual de G. Ryle (Teoria Tipo II)

Um outro capítulo interessante, e igualmente relevante entre as tentativas de solução do problema mente-corpo, aparece quando G. Ryle publica *The concept of mind* em 1949 – considerado o marco referencial da filosofia da mente, entendida como um campo autônomo de estudo. Se, no século XIX, vemos uma aproximação entre teorias filosóficas e psicológicas, a partir do compromisso com o método experimental das ciências naturais, a filosofia, agora, procura exatamente manter sua autonomia como estudo da mente.

A solução de Ryle para o problema mente-corpo, conhecida como análise conceitual, sustenta que a mente é um conceito utilizado por nós quando nos referimos a comportamentos e disposições das pessoas (Exemplo: você leva um amigo a conhecer a universidade e, ao final da visita, ele diz: “Ótimo! Você me mostrou os prédios, unidades, departamentos etc. Mas onde está a universidade?). Ryle considera um erro categorial atribuir aos comportamentos a ocorrência de eventos internos (psicológicos ou neurobiológicos) subjacentes – usamos a termo “universidade” quando nos referimos a uma certa instituição de ensino superior e não a um evento interno.

A solução de Ryle ao problema mente-corpo, que estabelece bases antinaturalistas e marca uma tendência influente entre muitas teorias da mente, tem, a princípio, como alvo o dualismo cartesiano e a postulação da existência de entidades na mente – o que Ryle chama “o fantasma na máquina” (*the ghost in the machine*). Nossa referência a eventos mentais significa um modo de estabelecer a representação de certos comportamentos e disposições observados nas pessoas e não inclui um vocabulário físico ou psicológico que determina eventos internos correspondentes (o termo “universidade” significa o modo como nos referimos a um certo conjunto de comportamentos e disposições e não a eventos internos na mente). A análise conceitual da mente vai influenciar certos aspectos do behaviorismo e do funcionalismo que mantêm a referência aos eventos mentais, independentemente de processos internos subjacentes.

Mas temos um problema na solução de Ryle. Se alguém me pergunta onde está a universidade, parece claro que ocorre alguma coisa (supostamente um pensamento) no meu cérebro. E se ocorre um pensamento como algo no cérebro, parece claro que podemos falar de representação mental como um certo modelo interno de objetos e estados de coisa no mundo. Parece que eventos internos têm a propriedade de representar algo no mundo externo.

Funcionalismo e externalismo (Teoria Tipo II)

Em certo sentido influenciadas pela proposta de Ryle, algumas teorias funcionalistas da mente têm tentado mostrar que a ocorrência interna de eventos no cérebro não constitui um elemento fundamental quando atribuímos estados mentais a indivíduos. Um argumento funcionalista, bastante difundido entre teorias da mente, sustenta que a atribuição de estados mentais depende de certas propriedades funcionais que estabelecem uma relação entre os indivíduos e o meio externo: dois indivíduos fisicamente distintos podem ter estados mentais semelhantes (Exemplo: seres humanos e “vulcanianos” como o Senhor Spock) –

se esses indivíduos conseguem estabelecer relações significativas com o meio externo, isso ocorre em virtude de propriedades funcionais (relacionais, causais e extrínsecas) e não por meio de eventos internos nos seus respectivos sistemas nervosos.

Mas a capacidade de referência ao meio externo pode significar, no entanto, que são propriedades externas ou contextuais que determinam os conteúdos dos estados mentais. Exemplo: “Terra-Gêmea”, Putnam (1975) – nesse conhecido experimento de pensamento proposto por Putnam, embora dois indivíduos tenham estados físicos semelhantes, os respectivos estados mentais são distintos entre si. Esse experimento ilustra um argumento a favor dos chamados conteúdos externos (externalismo) como explicação dos estados mentais representacionais.

Materialismo e neurobiologia (Teoria Tipo I)

As teorias materialistas da mente têm sido elaboradas desde os anos 60 como uma tentativa de manter o compromisso filosófico com as ciências naturais (física, química, biológica etc.). O materialismo mantém como princípio fundamental que eventos mentais são eventos físicos realizados no cérebro. E, embora ainda não tenhamos um consenso em torno do conceito de matéria, os materialistas concordam entre si que o que existe no mundo é material – não existem coisas como mentes ou substâncias separadas da matéria.

Na sua formulação original, o materialismo é identificado como fisicalismo: a mente pode ser explicada por princípios físicos, assim como os estados mentais, inclusive os estados qualitativos (sensação, percepção, emoção etc.), podem ser caracterizados por propriedades físicas do cérebro. A consequência filosófica imediata do fisicalismo vai ser a teoria da identidade que considera mente e cérebro uma única e mesma coisa. E, no entanto, uma outra consequência passa a ser a aproximação entre a filosofia da mente e as teorias empiricamente estabelecidas – a caracterização dos estados mentais inclui apenas os termos que tenham um conteúdo válido empirica-

mente entre as propriedades físicas do cérebro (certas propriedades físicas do cérebro, por exemplo, produzem a sensação da cor “vermelho”).

A tentativa materialista de apresentar uma compatibilidade entre teorias psicológicas e empíricas aproxima a filosofia da mente e a filosofia da ciência – como compatibilizar vocabulários distintos que mantenham a continuidade metodológica das ciências naturais (física, química e biologia etc.)? Esse problema tem soluções distintas entre as teorias materialistas da mente: enquanto o reducionismo fisicalista reforça que os estados mentais ou psicológicos são redutíveis a eventos físicos e, portanto, podem ser explicados por uma linguagem da física, química ou fisiologia, o eliminativismo, por sua vez, considera que o vocabulário da psicologia popular deve ser substituído por um vocabulário neurobiológico.

Mas parece oportuno assinalar que “materialismo” não é necessariamente sinônimo de “fisicalismo” (vide eliminativismo). Embora ambos mantenham o compromisso com a continuidade metodológica das ciências naturais (física, química e biologia), o fisicalismo parece caracterizar um modelo de descrição da mente, estritamente comprometido com a determinação quantitativa dos eventos mentais a partir de princípios físicos fundamentais, enquanto o materialismo, por sua vez, pode alcançar uma extensão mais ampla e incluir elementos qualitativos da vida mental, como a experiência e a evolução natural dos organismos.

O fisicalismo assume um compromisso extremado com a continuidade metodológica das ciências naturais e assim mantém uma concepção rígida da identidade entre eventos mentais e físicos – a existência física é a única realidade, assim como apenas existe a substância material da mente. Essa concepção monista da realidade (por oposição ao dualismo) tem como conseqüência filosófica o pansiquismo (que equivale a uma forma de vitalismo) – a matéria, incluindo suas partículas mais finas, seria determinada por um certo sentido consciente (“intencionalidade”) que organiza o universo.

Um materialismo qualitativo, por sua vez, apresenta uma outra visão da identidade entre eventos mentais e físicos. Aqui, particularmente, alguns autores entendem que “representações na mente” (ou representações mentais) correspondem à noção de “representações no cérebro” (ou representações materiais). Essa concepção de representação mental como correspondente à representação material tem sido mantida entre os chamados “neurofilósofos” (e na sua maioria eliminativistas). E, comparativamente, entre os neurocientistas, representações mentais têm sido identificadas aos estados internos do cérebro – como a organização interna dos estados cerebrais origina representações mentais (idéias, conceitos, categorias etc.). A mente passa a ser vista igualmente como um processo biológico evolutivo, e não como uma forma de matéria, originado entre os estados cerebrais – a atual estrutura do nosso cérebro resulta de um processo biológico que inclui a evolução da espécie e o desenvolvimento morfológico da organização celular (aqui, particularmente, a organização das células nervosas que determina a realização de funções mentais).

A mente é originada entre os processos de organização dos estados cerebrais que criam representações ou categorizações a partir dos estímulos do meio externo – os estímulos selecionam aquelas partes do sistema nervoso que melhor respondem e realizam funções ou representações mentais. Exemplo: darwinismo neural (EDELMAN, 1987). Comparativamente, como algumas experiências têm mostrado (ROSENFELD, 1994), a memória (ou lembrança) representa “impressões fragmentadas”, como “trechos de um sonho”, contendo elementos que não fazem parte das experiências passadas dos pacientes. Essa visão não-localizacionista tem procurado mostrar que a atividade da memória não ocorre por meio de “imagens” (lembranças de pessoas, lugares, coisas etc.), impressas e armazenadas no cérebro, as quais são comparadas com a imagem vista (percepção). O cérebro usa categorizações de estímulos passados, que estão distribuídos como fragmentos ou informações parciais e dispersas, como procedimentos de modelização interno do mundo ou

“representação como conteúdo da informação internalizada” (CHANGEUX, 1992) a partir dos conteúdos da experiência – os conteúdos sensoriais passam a ser representados entre os estados cerebrais internos que estabelecem procedimentos de modelização do mundo (como os sonhos, por exemplo).

Certas características da experiência entre os organismos (como os contextos evolutivos ou históricos) representam elementos qualitativos da vida mental que não parecem redutíveis ao fisicalismo. Com efeito, a distinção entre métodos quantitativos e qualitativos estabelece a possibilidade de avaliar elementos singulares da vida mental que parecem explicados por métodos comparativos. Aliás, esses métodos comparativos (etologia) têm mostrado a possibilidade de estabelecer uma ponte entre a psicologia e a biologia, que, muitas vezes, tem sido alvo de críticas ao materialismo.

Muitos críticos consideram que o materialismo não apresenta uma solução satisfatória de uma possível ponte entre psicologia e biologia. O fato é que as críticas assumem, como ponto de partida, exatamente a distinção ou um hiato entre níveis de explicação dos eventos psicológicos e biológicos. E se o caso é a distinção ou um hiato entre psicologia e biologia, como estabelecer uma possível ponte entre ambas? A adoção de métodos comparativos entre eventos psicológicos e biológicos valoriza os aspectos qualitativos da experiência (contextos evolutivos e históricos) e mostra assim uma possível compatibilidade entre teorias, o que passa a ser uma tarefa da filosofia da ciência.

ABSTRACT: The problem of mental representations has been the subject of many philosophical, psychological and scientific theories. Here I present the problem and some of the historically most relevant solutions that have been offered.

Key words: Mind, brain, theories.

Notas

1. Esta é uma versão parcial e reduzida da tese de doutorado *Aspectos de uma abordagem materialista das representações mentais*,

defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro em junho de 2001. Esta versão foi também apresentada no Seminário “Filosofia e Psicologia”, realizado na Universidade Católica de Goiás, em 23 de outubro de 2001.

2. Behaviorismo: na Psicologia, os estados mentais têm como referência os dados do comportamento e não supostos estados internos – o comportamento é entendido como eventos corporais e condições que são publicamente observáveis (como, por exemplo, reações fisiológicas e movimentos corporais). Na Filosofia, temos, por um lado, o behaviorismo ontológico – “medo” = tremores e gemidos – e, por outro lado, o behaviorismo lógico: “medo” = causa de tremores e gemidos (mas o primeiro não implica o segundo).

Referências

CHANGEUX, J.-P.; DEHAENE, S. Neural models of cognitive functions. *Brain development and cognition*. Oxford (UK), Cambridge: Blackwell, 1993.

EDELMAN, G. *Neural darwinism: the theory of neuronal group selection*. New York: Basic Books, 1987.

PUTNAM, H. The meaning of ‘meaning’. *Mind, language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

RYLE, G. *The concept of mind*. New York: Barnes and Nobles, 1949.

ROSENFELD, I. *A invenção da memória*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.